

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, agosto de 2014, número 80. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

As formas de manifestações públicas e as lutas camponesas na Paraíba

ARTIGO DO MÊS

Territórios e territorialidades em conflito: apontamentos para uma conceitualização centrada no trabalho e no espaço rural

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

VII Congresso Brasileiro de Geógrafos - CBG

UFES/Vitória – Espírito Santo, 10 a 16 de agosto de 2014.

VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais – SEET

II Jornada de Pesquisadores sobre a Questão Agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos.

UEPG/Ponta Grossa – Paraná, 28 a 30 de agosto de 2014.

II Seminário Infância Criança Indígena

UFSCar/São Carlos – São Paulo, 18 a 22 de agosto de 2014.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Revista NERA n. 24.

Autores: Vários.

A Revista NERA chega ao seu 24º número trazendo trabalhos que abordam diferentes aspectos da Questão Agrária na América do Sul e na Europa. As discussões aqui apresentadas apontam para um contexto de intensa conflitualidade em que distintas propostas de desenvolvimento para o campo são colocadas em questão. Acesse: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>.



Ciclovida.

*Produção: Irmãos
Feinstein.*

Ciclovida conta a história de um grupo de pequenos agricultores cearenses que atravessou a América do Sul pedalando por mais de dez mil km na campanha de resgate das sementes naturais. Os viajantes documentaram a dominação dos agrocombustíveis no campo e o deslocamento de milhões de pequenos agricultores e comunidades indígenas.

Para ver:

<https://www.youtube.com/watch?v=oqaBg-qlBUQ>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O PodCast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.



Editoração: Danilo V. Pereira (bolsista FAPESP), Karin G. S. M. de Souza (bolsista PIBIT/CNPq) e Hugo A. Alves (bolsista PROEX). **Revisão:** Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira (bolsista FAPESP), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho. **Coordenação:** Janaína F. S. C. Vinha, Juliana G. B. Mota (bolsista FAPESP) e Valmir J. de O. Valério (bolsista CNPq).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

AS FORMAS DE MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS E AS LUTAS CAMPONESAS NA PARAÍBA

Emilia de Rodat Fernandes Moreira

Profa. do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Departamento de Geociências/UFPB
Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC)
Coordenadora do DATALUTA-PB
erodat@hotmail.com

Ivan Targino

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPB
Prof. do Programa de Pós-Graduação em Economia - Departamento de Economia/UFPB
Colaborador do DATALUTA-PB
ivantargino@bol.com.br

Denise de Sousa Ferreira

Bolsista do Probex/UFPB/pesquisadora do DATALUTA-PB
denisednz@hotmail.com

Bruno Ravic da Silva

Bolsista do Probex/UFPB/ pesquisador do DATALUTA-PB
brunoravic@hotmail.com

José Carlos Dantas

Bolsista de IC – Pivic/UFPB/ pesquisador do DATALUTA-PB
j_c_dantas@hotmail.com

A luta camponesa pela conquista da terra e pela permanência na terra no Brasil, e, por rebatimento, na Paraíba, tem se desdobrado em várias frentes de ações, podendo ser destacadas: a resistência face ao processo de expropriação; a tentativa de reconquista da terra através das ocupações; a busca de apropriação e difusão de tecnologias sociais que permitem a elevação da renda e a redução do desgaste da força de trabalho familiar; a melhoria das condições de trabalho; e a luta por políticas públicas diferenciadas para a agricultura de base familiar.

Embora as formas assumidas pela luta camponesa não sejam as mesmas no espaço e no tempo, elas são marcadas por momentos muito fortes de articulação dos mais diversos agentes e segmentos sociais (organizações, entidades de classe, movimentos socioterritoriais, igreja, partidos políticos, camponeses, assalariados, etc.) que através de manifestações públicas têm contribuído para dar visibilidade às questões que envolvem as diferentes formas de luta, para pressionar o Estado a dar resposta as suas reivindicações e para angariar o apoio da sociedade civil.

É possível identificar três momentos em que a classe camponesa exerceu o direito cidadão de mobilizar-se, organizar-se e de participar da política nacional. Um primeiro momento se estende de meados dos anos de 1950 até o golpe militar de 1964. Nele merece destaque a ação das Ligas Camponesas. O segundo abarca o período do regime militar, caracterizado pela repressão aos movimentos populares, pela modernização da agricultura e por focos de resistência camponesa. O terceiro corresponde ao período pós-redemocratização que teve como marcos a implantação da política neoliberal de desenvolvimento nacional extensiva ao campo, o início das ações do Movimento dos Sem Terra e o renascimento das mobilizações populares em torno da questão agrária e da reforma agrária.

Neste artigo, busca-se não só analisar as formas de manifestações que tiveram lugar no estado da Paraíba nos três momentos citados, mas também caracterizar as manifestações empreendidas pelos

movimentos socioterritoriais e agentes sociais diversos no período de 2000 a 2012 com base nos dados registrados a partir de 2000 pela Rede de pesquisa DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra.

O trabalho está estruturado em quatro eixos de análise: a) o que aborda as manifestações durante o período das Ligas Camponesas; b) o que versa sobre as manifestações durante o regime militar; c) o que contextualiza as manifestações desde o período de pós-redemocratização do país até 1999 e; d) o que discorre sobre as manifestações que tiveram lugar na Paraíba entre 2000 e 2012.

Para a elaboração do trabalho, além da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo foram utilizados os dados da Rede de Pesquisa DATALUTA – Base Manifestações (2000-2012) e os dados do Relatório Anual de Pesquisa DATALUTA – Paraíba (2013).

AS MANIFESTAÇÕES DURANTE O PERÍODO DAS LIGAS CAMPONESAS

As Ligas Camponesas da Paraíba devem ser entendidas como um desdobramento do movimento iniciado em 1955 no Engenho Galileia, no município pernambucano de Glória de Santo Antão. A primeira Liga fundada na Paraíba foi a do município de Sapé, por João Pedro Teixeira¹, em fevereiro de 1958. O movimento foi construído como resposta à intensa exploração da força de trabalho rural então vigente. No início, a bandeira de luta era o combate ao “cambão”². Aos poucos, o movimento foi incorporando as reivindicações trabalhistas e a reforma agrária “na lei ou na marra”. A partir da Liga de Sapé, outras foram sendo criadas: Santa Rita, Mamanguape, Rio Tinto, João Pessoa, Alhandra, Guarabira, Areia, Itabaiana e Mulungu. As Ligas organizaram várias formas de manifestações para atrair mais trabalhadores para os seus quadros ou para obter o apoio da população urbana, ou ainda, para pressionar o poder político. Dentre essas formas podem ser lembradas:

a) Organização de caminhadas de camponeses que se dirigiam às propriedades onde era utilizado o sistema de cambão, para negociar a sua extinção com os proprietários, conforme depoimento abaixo: “Saía aquele grupo de camponês, ia à fazenda, cercava a casa do dono da terra e ia negociar para, a partir daquele instante, acabar com o trabalho gratuito na propriedade.” (Depoimento de Assis Lemos apud TARGINO, MOREIRA e MENEZES, 2011);

b) Comícios relâmpagos nas feiras livres: em dias de feira, para onde convergiam os trabalhadores, era frequente a realização de “comícios relâmpagos”. Os oradores subiam em tamboretas para expor os objetivos da Liga e as razões da luta dos trabalhadores. Esses comícios faziam-se de improviso para fugir da repressão policial e dos proprietários;

c) Mutirões nas cidades: para obter o apoio da população das periferias urbanas, os dirigentes das Ligas organizavam mutirões para realizar trabalhos em benefício dessa população, como construção e reforma de casas. Aos domingos, os camponeses vinham para os bairros periféricos de João Pessoa para realizar essas ações. A população desses bairros era avisada previamente. “Então, o camponês, mesmo na pobreza, sem ter um tostão no bolso, vinha para fazer um serviço para a população pobre da cidade. Em troca queriam o quê? Queriam o apoio da população para a sua luta, para a luta pela reforma agrária.” (Depoimento de Assis Lemos, apud TARGINO, MOREIRA e MENEZES, 2011)

¹ João Pedro Teixeira era filiado ao Partido Comunista, bem como os demais líderes do movimento: Alfredo Nascimento, Pedro Fazendeiro e Negro Fuba.

² O trabalhador-morador das propriedades rurais eram obrigados a trabalhar alguns dias por semana para o proprietário de terra sem ser remunerado pelo serviço prestado. Este sistema era chamado de cambão.

d) Piquetes nas estradas: frequentemente, as Ligas organizavam piquetes nas estradas, quando paravam todos os carros que passavam e obrigavam os passageiros a darem vivas às Ligas. Em quem não quisesse dar “viva” ao movimento, era colocado um chocalho no pescoço, sinal maior de humilhação para a cultura camponesa. Em um desses piquetes, o usineiro que comandava o chamado grupo da várzea, foi parado e obrigado a dar viva às Ligas Camponesas (RAMOS, 1989);

e) Comícios e passeatas nas cidades: os comícios foram uma arma importante para, de um lado, atrair os trabalhadores rurais para as Ligas e, de outro, para pressionar o poder público e os proprietários de terra. Dentre os comícios, merece destaque os realizados na cidade de João Pessoa, nos dias 1º de maio e 29 de julho de 1962, por ocasião das comemorações do dia do trabalho e da visita de João Goulart. Nessa última data, estima-se que mais de 40 mil pessoas estiveram presentes ao evento, vindas, principalmente, da zona rural do Estado, mas também das periferias urbanas (LEMOS, 2008; BENEVIDES, s/d).

AS MANIFESTAÇÕES DURANTE O REGIME MILITAR (1964 – 1984)

Com o golpe militar de 1964, desencadeou-se uma grande repressão às Ligas, restabelecendo a ordem latifundiária. As principais lideranças foram presas, torturadas e algumas assassinadas (LEMOS, 2008; RAMOS, 1989; BENEVIDES, 1985). O clima de perseguição não se restringiu apenas às lideranças e seus familiares. Foi instalado um clima de terror contra as bases do movimento e, mais do que isso, contra os camponeses de uma forma geral (TARGINO, MOREIRA e MENEZES, 2011).

Diante do clima de terror estabelecido e disseminado, os camponeses, principalmente em Sapé, centro de difusão das Ligas Camponesas na Paraíba, sequer ousavam falar do movimento. Segundo Van Ham: “Lá a perseguição foi tanta e continuou por longos tempos, de modo que nem tão cedo os camponeses se atreveriam...” (2008, p. 18). Desse modo, o medo calou as bocas, esmaeceu a memória, desacreditou a esperança. Mas, até quando?

Paralelamente à repressão, os governos militares implantaram seu projeto de modernização da agricultura no Brasil pautado na intensificação da utilização de insumos químicos, de novas tecnologias, de melhoramentos genéticos e na intensificação do trabalho assalariado. Na Paraíba, os proprietários aproveitaram-se do momento para despejar os moradores de suas propriedades. Esses despejos tinham uma tripla finalidade: reafirmar o poder dos latifundiários; livrar-se dos encargos trabalhistas estabelecidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural e; libertar a terra dos camponeses para em seu lugar expandir a cana-de-açúcar e a pecuária, as duas principais formas assumidas pelo capital no campo paraibano.

As reações à nova ordem estabelecida no campo começaram a eclodir de forma mais orgânica justamente quando o jugo do capital canavieiro e pecuarista, sob o amparo e o estímulo do Estado através do Proálcool e da SUDENE, impôs a intensificação da exploração do trabalho e a expropriação maciça dos camponeses. É nesse contexto que a revolta do campesinato voltou a se manifestar sob a forma de resistências localizadas, sustentadas principalmente pela Pastoral Rural (até 1988 quando foi substituída pela CPT), pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAG.

Inúmeras manifestações foram realizadas em forma de acampamentos na Praça João Pessoa, situada em frente ao Palácio do Governo, na capital do estado, de ocupação do prédio do INCRA, buscando Disponível em www.fct.unesp.br/nera

apoio da sociedade civil e para denunciar as violências praticadas pelos proprietários e pelo Estado através da polícia e da justiça. O caso dos posseiros da fazenda Camucim ilustra bem essa forma de resistência. Depois de comprar a fazenda, a Usina Tabu procurou os posseiros para fazer um acordo que não foi aceito pela maioria dos camponeses e decidiu continuar na terra. Instalou-se, então, uma série de ações repressivas: destruição de roçados, queima das casas, presença de capangas armados, intimidação policial etc. Diante das ameaças constantes, os camponeses decidiram acampar em frente ao Palácio do Governo. O acampamento durou 23 dias. A proposta do governo do Estado, em acordo com o INCRA, foi de assentar as famílias no PIC - Rio Tinto. Só com a intervenção do Comandante do 1º Grupamento de Engenharia, que garantiu a segurança dos trabalhadores e de seus familiares, bem como o direito de plantar e de permanecer na propriedade, foi que os trabalhadores decidiram encerrar o acampamento³.

Outros focos de resistência camponesa foram surgindo na mesma medida em que foram duramente reprimidos. Os proprietários usaram de tratores para destruir as lavouras e derrubar as casas de moradores. Contrataram capangas armados para amedrontar e bater nos camponeses. Quando essa truculência interna não era suficiente para provocar a debandada dos agricultores, apelavam para a polícia e para a justiça, sempre pronta para restabelecer a ordem do capital (MOREIRA, 1997). O depoimento a seguir ilustra o clima que reinava: “Era pressão de capanga, era polícia, era tudo em cima da gente direto, sem parar. Os capangas entravam aqui armados. Eles vinham de dez, de cinco, de doze... Nós se tremia de medo, mas não arredava pé” (MOREIRA, VOL. 1, 1997, p. 126).

Diante do clima de repressão que reinava na época, os acampamentos realizados, ainda que não tenham conseguido o atendimento das reivindicações, tiveram como principal consequência a publicização dos conflitos do campo, fazendo com que o processo de expropriação dos trabalhadores fosse veiculado na imprensa.

Na região canavieira do Estado, à luta por terra somou-se à luta por direitos dos assalariados da cana. Em 1979, com uma conjuntura de ascensão da sociedade civil contra o Estado militarista, realizou-se, em Brasília, o III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, aprovando a organização da categoria por frentes de luta: assalariados, pequena produção, política agrícola, seca, etc. Na Paraíba, as indicações do III Congresso foram assumidas principalmente pelos grupos de militantes e assessores dos centros e serviços da Igreja, em conjunto com alguns setores do movimento sindical e grupos de assessoria, conjunto de forças esse responsável pela realização do I Encontro de Assalariados da Zona Canavieira da Paraíba, realizado em setembro de 1982 no município de Guarabira. As grandes mobilizações organizadas a partir desse Encontro por uma “Comissão Canavieira” foram as Campanhas Trabalhistas de 1982 e 1983 e a primeira greve de canavieiros do estado da Paraíba, em 1984 (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Marcaram ainda esse período a grande manifestação de comemoração do dia 1º de Maio de 1983, realizada em Sapé, centro das Ligas Camponesas, com a participação de 18 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e 6 mil trabalhadores, que teve como tema central a luta pelos direitos. Outra grande manifestação se deu em 27 de agosto de 1983, no município de Alagoa Grande, poucos dias após o assassinato de Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município⁴. Essa

³ O Comandante, poucos dias depois foi removido. O novo comandante não honrou o compromisso assumido pelo seu antecessor. A repressão voltou com carga ainda maior. Para uma visão mais detalhada do caso veja Moreira (1997).

⁴ Esse dia tinha sido escolhido por Margarida para realizar o lançamento da campanha trabalhista no seu município.

manifestação que reuniu milhares de trabalhadores (assalariados, posseiros, parceiros, moradores e representantes das mais diversas categorias de profissionais da sociedade civil tais como advogados, deputados, professores, jornalistas, estudantes, representantes de partidos políticos de esquerda, de sindicatos de trabalhadores rurais, da Igreja, etc.) foi marcada por um grande comício e uma passeata. Ela “representou uma resposta do movimento sindical e popular a um crime com claras conotações políticas, que visava fazer cair no nascedouro o movimento trabalhista” (MOREIRA e TARGINO, 1997).

AS MANIFESTAÇÕES DO PERÍODO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

No período pós-redemocratização do país, malgrado a aparente disposição do governo Sarney de implementação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, pouco de fato foi feito neste sentido. Em contrapartida, na Paraíba, a partir de 1986, o movimento ascendente da economia canavieira iniciado em 1975 com a implantação do Proálcool, começou a dar mostras de arrefecimento. Observa-se uma lenta, mas sistemática desestruturação do Programa expressa através da redução da quantidade produzida e da área cultivada com a cana, pela queda da produtividade e, em particular, pelo fechamento de usinas e destilarias.

Aqueles trabalhadores que, expulsos da terra durante a fase de expansão do Proalcohol continuaram trabalhando na cana como assalariados, com a crise da atividade canavieira passaram à condição de desempregados. Assiste-se à precarização das relações de trabalho através do crescimento do trabalho subcontratado, da maior seletividade da mão de obra (recusam-se os mais fracos, os mais velhos e as mulheres ao mesmo tempo em que se incorpora cada vez mais a mão de obra infantil) (MOREIRA et al, 2003).

Na esteira da crise uma parcela dos trabalhadores rurais excluída do processo produtivo organiza-se em torno do MST e da CPT, ocupa terras e leva o Governo a desapropriar milhares de hectares de imóveis improdutivos dando origem a assentamentos rurais. Deste modo, enquanto regredia a fronteira da cana, expandia-se a fronteira da agricultura camponesa reformada.

As manifestações dos trabalhadores sem terra, assistidos pelo MST e pela CPT nesse período se multiplicaram através: a) de ocupações da sede do INCRA (MST e CPT); b) da realização das primeiras romarias da terra (CPT); c) da instalação de acampamentos em frente ao Palácio do Governo (CPT); d) da ocupação da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) (MST); e) da ocupação da área do governo o “Lar do Garoto” (MST); f) da ocupação da Praça da Bandeira no centro da cidade de Campina Grande (MST); g) da marcha rumo a SUDENE, realizada em conjunto com outros Estados até chegar ao Recife (MST); h) da “Marcha em defesa do Brasil”, partindo de Cajazeiras, passando em 28 municípios, até alcançar João Pessoa; i) da ocupação de prefeituras municipais (MST), entre outras.

No caso do movimento sindical, segundo Moreira e Targino (1997), a sazonalidade da mão de obra, a distância entre o local de moradia e os locais de trabalho, a simultaneidade de trabalho em mais de uma propriedade, a dificuldade de unificação das campanhas salariais a nível regional em decorrência da diferença de datas-base, a diversidade de processos de trabalho nos vários espaços agrários, a falta de um salário unificado e os níveis diferenciados de organização do movimento, contribuíram para dificultar as mobilizações. Esta situação foi agravada face ao alto índice de desemprego na atividade canavieira e na atividade pecuária (resultado da retração dos estímulos governais e de sucessivas secas), levando o Disponível em www.fct.unesp.br/nera

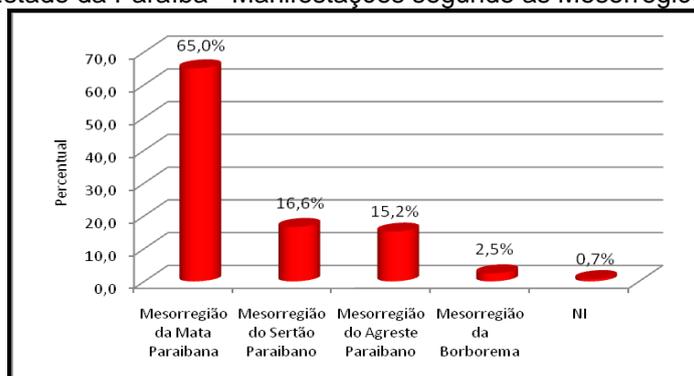
movimento sindical a concentrar seus esforços na busca da garantia do emprego nos momentos dos dissídios coletivos.

Uma experiência diferenciada foi gestada nesse período na região do Agreste Paraibano, envolvendo, inicialmente, três Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Lagoa Seca, Remígio e Solânea) e culminando, em 1998, com a criação do Polo Sindical da Borborema. Trata-se de uma perspectiva política de atuação coletiva do movimento sindical, em rede, visando superar o isolamento representado pela ação dos sindicatos, limitada ao nível municipal. O objetivo do Polo é a construção de um projeto comum de desenvolvimento local baseado na agroecologia. Sua criação representou a oportunidade de articulação do movimento sindical com organizações não governamentais, em especial, com a AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia) que tem como foco a construção de propostas metodológicas, de formação e de intervenção na realidade local buscando modelos alternativos de desenvolvimento rural, baseados na diversidade produtiva e cultural da agricultura camponesa. Esse novo protagonismo territorial do movimento sindical terá importantes desdobramentos a partir dos anos 2000 com o surgimento de grandes manifestações resultantes das ações do Polo e da sua articulação com a AS-PTA e com a ASA, que serão exploradas adiante.

Entre 1995 e 1998, período do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, assiste-se ao incremento das ocupações de terra e a multiplicação dos conflitos no campo, culminando com os massacres de Corumbiara (em Rondônia, 1995) e de Eldorado dos Carajás (no Pará, 1996). Uma das mais importantes manifestações ocorridas nesse primeiro mandato de FHC teve caráter nacional. Trata-se da “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” iniciada em abril de 1996 que chegou a Brasília em 17 de abril de 1997. Essa marcha transformou-se na primeira grande manifestação popular realizada contra o governo FHC e sua política neoliberal. Ela contou com a participação de muitos estados brasileiros, inclusive da Paraíba e teve o papel histórico de colocar o MST no centro do debate político.

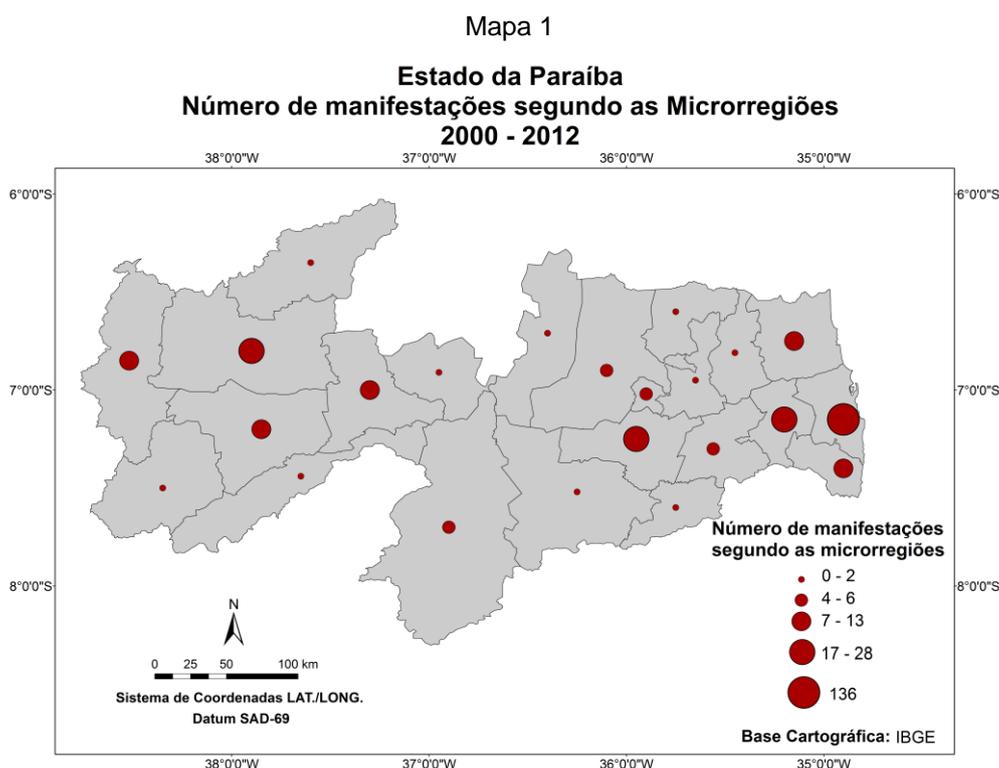
Durante o período de 2000 a 2012, ocorreram na Paraíba, 283 manifestações com a participação dos movimentos socioterritoriais envolvendo 197.324 pessoas (DATALUTA, 2013). Dessas manifestações, 65% concentraram-se na Mesorregião da Mata Paraibana, tradicional região canavieira do estado; 16,6% ocorreram na Mesorregião do Sertão; 15,2% no Agreste Paraibano e 2,5% na Mesorregião da Borborema, que corresponde à porção mais seca e menos povoada do estado. Não se obteve informações sobre a localização de duas manifestações (0,7%) (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Estado da Paraíba - Manifestações segundo as Mesorregiões, 2000-2012



Fonte: DATALUTA, 2013

No que se refere à distribuição das manifestações segundo as microrregiões, duas se destacam na Zona da Mata (a microrregião de João Pessoa e a de Sapé), uma no Agreste (a microrregião de Campina Grande) e uma no Sertão (a microrregião de Sousa) (Mapa 1). Dois motivos principais explicam a concentração de manifestações nas duas microrregiões da Zona da Mata: o fato da capital do estado, João Pessoa, localizar-se na microrregião de mesmo nome, concentrando grande número de instituições públicas e privadas e, na microrregião de Sapé, a forte atuação da CPT, tendo à frente o Padre João Maria Kalcki e, mais recentemente, a atuação do Memorial da Ligas Camponesas que atua como centro de formação e de organização política dos camponeses da região. Na microrregião de Campina Grande, a atuação do MST e do Polo Sindical da Borborema contribui para a ocorrência de um número mais significativo de manifestações. A análise das manifestações por microrregião nesse período também põe em relevo a espacialização dos movimentos socioterritoriais em direção ao semiárido paraibano. De fato, a microrregião de Sousa e as localizadas no seu entorno se destacam, sobretudo pela forte atuação da CPT-Sertão.

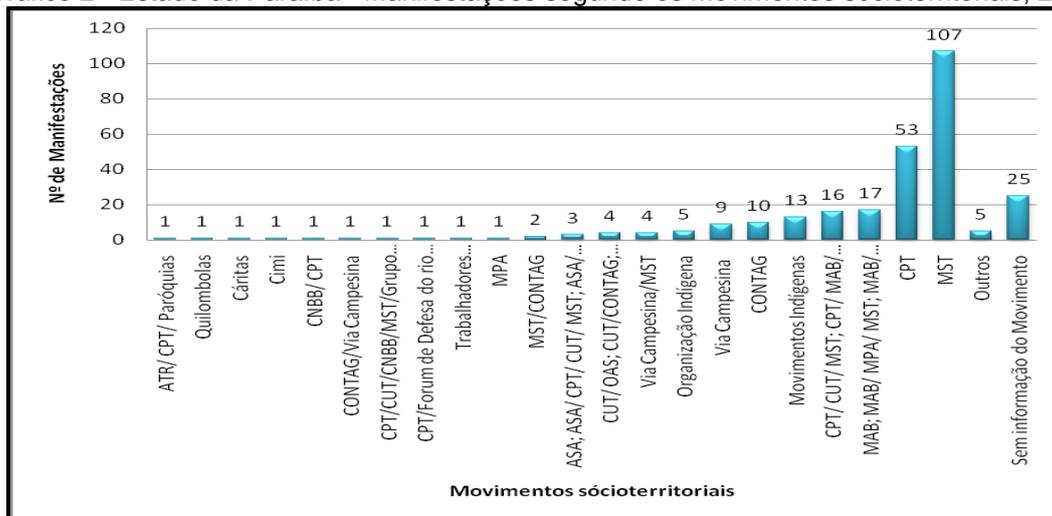


Ao analisar as manifestações segundo os movimentos socioterritoriais, confirma-se a hegemonia do MST e da CPT na Paraíba (Gráfico 2). Com efeito, 70% das manifestações que tiveram lugar no estado entre 2000 e 2012 foram organizadas por estes dois movimentos. Isto sem levar em conta que eles participaram também de outras manifestações realizadas em conjunto com outros movimentos, entidades e federações.

Vale a pena destacar que o movimento indígena tem crescido. À luta dos índios potiguaras pela demarcação das suas terras e pela expulsão dos ocupantes das mesmas (destilarias, fornecedores de cana,

produtores de camarão em viveiro, etc.) soma-se mais recentemente a luta dos descendentes dos índios tabajara, pelo reconhecimento de seu povo e a demarcação de suas terras.

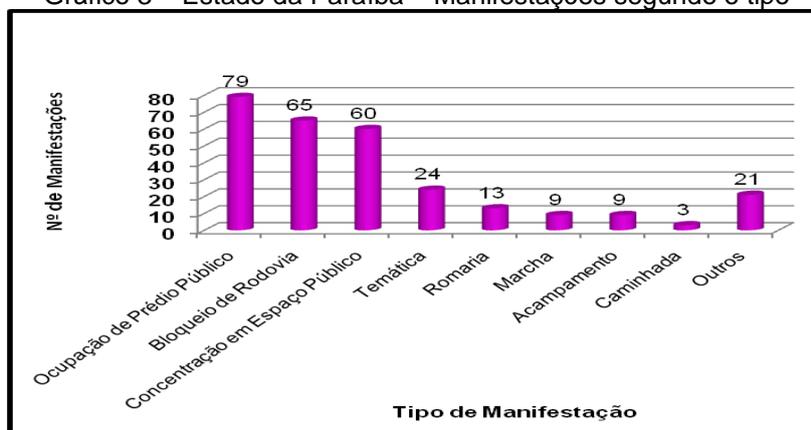
Gráfico 2 - Estado da Paraíba - Manifestações segundo os movimentos sócioterritoriais, 2000-2012



Fonte: DATALUTA, 2013

No que se refere aos tipos de manifestações, predominaram a ocupação de prédios públicos tais como: a sede do INCRA; a sede do Instituto de Terras da Paraíba (INTERPA) e de prefeituras municipais; a Delegacia da Receita Federal e o Centro Administrativo do Governo do Estado. Segue em importância o bloqueio de rodovias e as concentrações em espaços públicos. Não se pode perder de vista a importância assumida por manifestações de cunho nacional que se reproduzem no estado tais como: a) as Romarias da Terra, que ocorrem anualmente e na Paraíba envolvem mais de duas mil pessoas; b) o Grito da Terra e; c) as Jornadas Nacionais de Luta pela Reforma Agrária (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Estado da Paraíba – Manifestações segundo o tipo



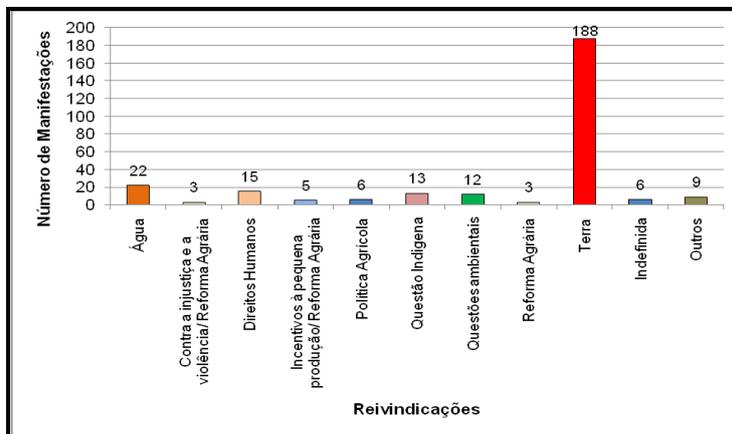
Fonte: DATALUTA, 2013

Dentre as manifestações temáticas duas envolvem milhares de participantes e se organizam de forma muito original. São elas: a Marcha das Margaridas (luta pela agroecologia e pelos direitos da mulher camponesa, que envolve um grande número de camponesas da região do Agreste-Brejo) e a Festa das

Sementes da Paixão (organizada pelo Polo da Borborema, AS-PTA e ASA) organizada em prol de uma política de valorização das sementes tradicionais e que compreende além de marchas, uma diversidade de eventos dos quais participam não só os camponeses do Agreste-Brejo, mas estudantes, intelectuais, representantes de partidos políticos e de inúmeras ONGs e entidades de todo estado (Gráfico 3).

As principais reivindicações das manifestações segundo o número de ocorrências foram: terra (66,6%), água (7,8%) e direitos humanos (5,3%) (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Estado da Paraíba – Número de manifestações segundo o tipo de reivindicação

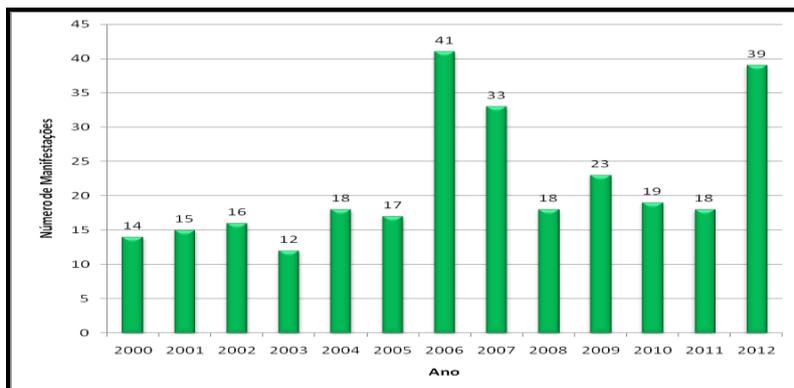


Fonte: DATALUTA, 2013

O número de manifestações não só varia no espaço, como também ao longo dos anos. De fato, o maior número de ocorrência de manifestações no Estado se deu em 2006 e 2007 (final do primeiro mandato e início do segundo mandato de Luis Inácio Lula da Silva); em 2009, final do segundo mandato de Luis Inácio Lula da Silva, e em 2012, já durante o governo de Dilma Rouseff.

Entre 2000 e 2002, ainda durante o segundo mandato de FHC, houve um crescimento muito pequeno das manifestações no Estado (Gráfico 5). Nesse período, o Governo de FHC, lançou um pacote de políticas públicas mais ofensivas, no intuito de amortecer as tensões sociais no campo e ao mesmo tempo realizar a reforma agrária neoliberal. Verifica-se também a judicialização da luta pela terra e a criminalização dos movimentos socioterritoriais o que, de certo modo, bloqueou a ação dos movimentos.

Gráfico 5 – Estado da Paraíba – Número de manifestações segundo o ano



Fonte: DATALUTA, 2013

O primeiro ano do primeiro mandato de Lula (2003) foi marcado pela expectativa positiva de mudanças na política agrária nacional, o que implicou numa forte redução das manifestações (Gráfico 5). Logo em seguida, porém, os movimentos retomam a luta de ocupações e as manifestações que alcançam seu ápice em 2006, no final do primeiro mandato de Lula com 41 manifestações (Gráfico 5). A partir de 2007, elas vão decrescendo e nos últimos anos do Governo Lula as mobilizações vão se estabilizar em torno de 18 e 23 ao ano. No segundo ano do Governo de Dilma Rousseff, assiste-se, mais uma vez, à retomada das manifestações em todo o país e o fortalecimento da organização da classe trabalhadora do campo e da cidade.

De fato, no período abrangido pelos governos populares (Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) algumas políticas e programas governamentais tiveram bastante influência no comportamento dos movimentos socioterritoriais e nas reivindicações dos trabalhadores do campo. Pode-se destacar como de maior repercussão no estado da Paraíba: a) a nova política energética nacional, pautada na expansão dos agrocombustíveis, que trouxe novos incentivos à produção do etanol, sendo responsável pela retomada da produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata. Os Programas de transferência de renda e a construção de políticas centralizadas no combate à miséria, secundarizando a política de reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, com base na análise das lutas camponesas com ênfase nas manifestações dos movimentos socioterritoriais, da Igreja e das organizações não governamentais apreende-se que: a) a cada momento político tem correspondido uma forma diferenciada de reação da classe trabalhadora; b) seja no momento de ascensão da elite dominante ao poder, seja nos poucos momentos de ascensão ao poder de representantes das camadas populares, a organização dos trabalhadores e a ação dos movimentos não se dilui. Ao contrário, em todos os momentos assiste-se a pequenos refluxos, regra geral, motivados por expectativas de realizações das reivindicações históricas do campesinato, que são seguidos do retorno às ações e reivindicações não respondidas. Por fim, acredita-se que, a pressão dos movimentos sobre o Estado não pode ser condicionada à ascensão ao poder de partidos comprometidos com as causas dos trabalhadores. Isto porque numa sociedade de classes, subordinada à lógica global do capital, não se faz mudanças estruturais profundas apenas com a eleição seja de um representante da classe trabalhadora, seja de defensores das reivindicações das classes sociais subalternas. No jogo de forças, é impossível negar que as concessões acabam por serem realizadas visando a sustentação de opositores da classe dominante no poder. Por isso é fundamental e necessário permanecer na luta, pois as conquistas da classe camponesa como bem o demonstra a história, só foram possíveis de serem obtidas pela força da sua organização e da sua pressão.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura Familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. 1999.

LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste**: o Vietnã que não houve – ligas camponesas e o golpe de 64. João Pessoa: Edições Linha d'Água, 2008.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. 501f. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

MOREIRA, Emilia. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Emilia; PENHA, J.P.; PEREIRA, M.P.B.; TARGINO, IVAN. **A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na Zona Canavieira da Paraíba**. São Paulo: Revista da ABET – nº. 1, vol. I – 2001.

RAMOS, Severino. **Crimes que abalaram a Paraíba**. João Pessoa: Graffset, 1989.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As ligas camponesas na Paraíba: a relato a partir da memória dos seus protagonistas. Revista Ruris, vol.5, n. 1, 2011.

VAN HAM, Antonia M.; CALADO, Alder Júlio; SEZYSHTA, Arivaldo J. ; GIACOMELLI, Gabriele; IENO, Gláucia M. de Luna.(orgs) **Memórias do povo**: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar. João Pessoa: Ideia, 2006.